



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

TERMO DE REFERÊNCIA

**PARA A COMPRA DE IMPLANTOS
AGRICOLAS PARA ATENDIMENTO DA
DEMANDA APRESENTADA PELA
SECRETARIA DA AGRICULTURA E
DESENVOLVIMENTO RURAL.**

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A fase preparatória da licitação visa planejar e compatibilizar a contratação com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O Termo de Referência (TR) é o documento necessário para a contratação de bens e serviços que contém o conjunto de parâmetros e elementos descritivos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação e que possibilita a avaliação do custo pela Administração, bem como a definição da estratégia de suprimento, dos métodos e do prazo de execução.

Assim, o presente documento configura-se como parte integrante da instrução do processo licitatório já iniciado para atendimento da demanda indicada.

2. DO OBJETO

Aquisição de 01 (uma) unidade de colhedora de forragens (ensiladeira), uma grade niveladora e carreta caçamba agrícola com capacidade de 7 toneladas, para secretaria da agricultura do município para atendimento aos agricultores, pois, grande porcentagem deles não tem maquinários para fazer seus serviços, sendo atendidos pelo programa da agricultura familiar, através da Emenda Parlamentar Estadual 1688.

Os quantitativos foram mensurados conforme demanda do município para a Colhedora de forragens (ensiladeira), grade niveladora e carreta caçamba agrícola de 7 toneladas, conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	1	Colhedora de forragens (ensiladeira), capim, milho, sorgo, com transmissão acionada através de caixa



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

		e cardan, tudo de saída bica e quebra jato total hidráulico. Caixa com 4 rolos acionados através de engrenagens (sem utilização de correntes), sendo 2 recolhedores, um rolo liso e um móvel; rotor com 12 facas retas e 06 lançadores, sistema de peneira removível quebrador de grãos, caixa rolos com 04 rolos sistema de contra faca ajustável e caixa basculante, acionamento dos rolos através de eixo e engrenagens, capa protetora de polietileno, potência requerida de 60 á 80 cv, capacidade de produção de 10 a 28 toneladas por hora.
2	1	Grade niveladora controle remoto de 36 discos de 20 polegadas, mancais a óleo potência 80-90 cv, com rodas de transporte hidráulicos e pistão, espaçamento de 195 mm, peso 1.282 kg.
3	1	Carreta caçamba agrícola, com capacidade de 7000 kg, tipo caçamba fixa, rodado com pneus 750/16. Medida da caçamba :3,60m x 2,05m x 1,10 + 0,40 m. Com caixa de assoalho em aço e sistema basculante através de pistão hidráulico. Cambão giratório e escada para inspeção. Macaco de apoio.

3. FORMA DE CONTRATAÇÃO

O(s) fornecedor(es) será(ão) selecionado(s) por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM. A escolha da forma de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM se dá em razão de proporcionar ampla concorrência entre os licitantes participantes do processo. Em cumprimento a Complementar nº 123/2006, optou-se pela adoção de divisão dos itens, para Empresas ME/EPP.



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

4. REQUISITOS DO FORNECEDOR

4.1. Requisitos de Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 4.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, (CNPJ).
- 4.1.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 4.1.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.1.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.1.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 4.1.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 4.1.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 4.1.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

5. FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

A formalização da presente aquisição dar-se-á a partir da autorização de fornecimento expedida pelo Município, com prazo de entrega de 10 (dez) dias úteis.

6. MODELO DE GESTÃO

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7. PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO OU ENTREGA DO OBJETO;

O fornecimento do equipamento a ser adquirido deve ser imediato, providenciado pela empresa fornecedora no local indicado pelo Município.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- 8.2. Ao fornecimento do objeto em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- 8.3. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- 8.4. Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- 8.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- 8.6. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

- 8.7. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- 8.8. Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- 8.9. A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- 8.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- 8.11. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- 8.12. Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- 8.13. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9. REGIME DE EXECUÇÃO

O objeto será recebido provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência, e definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta, e sua consequente aceitação, que se darão em até 02 (dois) dias do recebimento provisório, reputando-se como realizada caso não seja procedida dentro do prazo fixado.

Todos os custos relacionados à execução do objeto correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos aqueles relacionados ao transporte, à troca de peças/equipamentos, às horas técnicas e ao deslocamento de pessoal.

Todo e qualquer requerimento da contratada para o Município deverá se dar mediante protocolo no Setor de Protocolos ou Cidadão Web, com menção expressa ao processo



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

licitatório em questão, sendo que, eventuais comunicações do Município para com a contratada se darão por intermédio de ofício, também expressamente vinculado ao processo licitatório em questão, a ser dirigido para o endereço eletrônico que será indicado pela contratada em sua proposta.

10. PREVISÃO DE PENALIDADES POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL

- 10.1. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.2. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;
- 10.3. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 10.4. Fraudar a licitação
- 10.5. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 10.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 10.6.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 10.6.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.7. Com fulcro na lei nº 14.133, de 2021, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 10.7.1. Advertência;
 - 10.7.2. Multa;
 - 10.7.3. Impedimento de licitar e contratar e
 - 10.7.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.8. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 10.8.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 10.8.2. As peculiaridades do caso concreto



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

- 10.8.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.8.4. Os danos que dela provierem para a administração pública
- 10.8.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.9.A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 Dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 10.9.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1, 10.2 e 10.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 10.9.2. Para as infrações previstas nos itens 10.4, 10.5, e 10.6 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.10. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.11. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 10.12. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1, 10.2 e 10.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 10.13. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações acima dispostas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da lei n.º 14.133/2021.
- 10.14. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, descrita no item caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 10.15. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização.



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

- 10.16. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.17. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 10.18. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.19. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da execução desta aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária:

Secretaria municipal da agricultura e desenvolvimento rural.

05. 001 – 2057 - 41 – 4.4.90.00.00.00.00.00 (1.710.3210.003)

12. FORMA DE PAGAMENTO

O Município efetuará o pagamento à Contratada mediante apresentação de nota fiscal, acompanhada da certidão de regularidade com as Fazendas Municipal, Estadual, Dívida Ativa da União e Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e da Certidão de Regularidade com FGTS.

O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminando as especificações, a quantidade, o valor unitário e o valor total, devidamente atestada pelo setor competente, e dar-se-á mediante ordem bancária.

Havendo erro na Nota Fiscal, contestação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à CONTRATADA, e o pagamento ficará pendente até que esta providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

As Notas Fiscais emitidas pela Contratada deverão relacionar a quantidade dos produtos, indicando o preço unitário em reais (R\$), o preço total em reais (R\$) e, por fim, o preço global da Nota Fiscal em reais (R\$).

13. CONDIÇÕES DE REAJUSTE

Os preços são fixos e irrevogáveis.



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

14. GARANTIA CONTRATUAL

O prazo de garantia do implemento não poderá ser inferior a 12 meses, contados da data de emissão da Nota Fiscal, registrado no Certificado de Garantia a ser entregue juntamente com o implemento entregue.

Durante o prazo de vigência da garantia, se o número apresentar vícios, defeitos ou incorreções, deverá ser reparado e corrigido, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

As substituições de peças e a mão-de-obra, quando das revisões em garantia, estarão sujeitas às obrigações praticadas no mercado, nos termos das legislações pertinentes e subsidiárias.

Se o implemento no período de garantia no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, apresentar defeitos sistemáticos de fabricação, devidamente comprovados pela frequência de manutenções corretivas realizadas em concessionárias do fabricante, o implemento deverá ser substituído no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos.

Lembrando que, para o eventual conserto/manutenção/reparo do bem defeituoso ou viciado, exige-se a utilização de peças/componentes/itens originais e novos, conforme dispõe o art. 21 do CDC. Após o conserto ou a substituição, o bem terá mais 90 (noventa) dias de garantia legal, nos termos do art. 26, inciso II, do CDC, não se excluindo eventual prazo em aberto referente à garantia contratual ou a outra garantia disponibilizada pelo fornecedor.

De acordo com o art. 18, §§ 1º e 2º, do CDC, o prazo para que o produto com defeito seja consertado ou, sendo o caso, substituído, será de 30 (trinta) dias contados do aviso do defeito do produto ao fornecedor ou fabricante, podendo-se, caso justificativo, deferir eventual pedido de prorrogação deste prazo.

Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca dos bens correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos aqueles relacionados ao transporte, à troca de peças/equipamentos, às horas técnicas e ao deslocamento de pessoal.

15. ESPECIFICACOES TÉCNICAS DOS ITENS A SEREM CONTRATADOS

Item sem especificação técnica detalhada.

16. QUANTIDADE DE ITENS A SEREM CONTRATADOS



**SECRETARIA DA
AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL**
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Como demonstrado no tópico nº02, serão necessários 01 (uma) unidade de colhedora de forragens (ensiladeira), uma grade niveladora e carreta caçamba agrícola de 7 toneladas, para a utilização da secretaria da agricultura e desenvolvimento rural.

17. CRITÉRIO E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

Quanto a questão dos impactos ambientais, a contratação em tela, tem como base observar as informações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", disponibilizado pela Consultoria-Geral da União no sítio <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>, sendo que, a contratada deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade, inseridos agora nos princípios da aplicação da lei 14.133/2021.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 13 de janeiro de 2025.

Douglas Jacinto Machado
Vice-Prefeito Municipal